

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021.

Data e horário: Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às 08h00min.

Presença: Presentes estavam: **LIGIAN REGINA KALVON** e **NÍVIA CARLA DA FONSECA** representantes eleitas dos servidores ativos, **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo.

Ordem do dia:

1. **Análise dos Processos de Aposentadoria e Pensões,**
2. **Ciência da Ata do Comitê de Investimentos 07/2021.**
3. **Parecer segundo trimestre – abril, maio e junho**

Item 1 da ordem do dia – O conselho analisou os processos de aposentadoria de: Suely Aparecida Romão, Maria Ap. Rached Pedro, Carlos Henrique Mamud Arca, Sueco Yamamoto Ogava, Adna Quintanilha Failde, Tereza Kazuco Shiroma, Euclides de Jesus Giordano, Izaias Pereira de Souza e Silva e Gylvan Nogueira Machado de Oliveira.

Item 2 da ordem do dia – O conselho tomou ciência da **Ata do Comitê de Investimentos nº 07/2021** na qual a carteira de investimentos fechou o mês de junho com valor de **R\$ 1.363.894.231,49**, sendo que os fundos que tiveram performance positiva foram Bradesco Selection: +2,09%, Itaú Momento 30: +1,79% e Ático Imob. Haz: +1,40% e os com performance negativa foram: Firf Pyxis Inst IMA-B: -2,36%, Icatu Vanguarda Div FIA: -0,62% e Ático Gestão Empresarial: -0,49%. Embora os rendimentos tenham sido menores que no mês anterior, a variação ainda foi positiva nos fundos de renda variável. Houve amortização do Fundo TMJ no valor de R\$ 591.442,02 e reprocessamentos positivo de cotas no fundo Incentivo Mutisetorial I no valor de R\$ 764.762,77 e Ático Geração de Energia no valor de R\$ 704.211,21 totalizando R\$ 1.468.973,98. Após análise desta ata e das atas extraordinárias 01 e 03/2021, as conselheiras Ligian, Nívia e Márcia discordaram da proposta de cessão de créditos das CCB's emitidas por Sucos do Brasil S/A no valor de R\$ 12.013.000,00, considerando as informações constantes nas atas que relatam o histórico de negociação envolvendo a alienação fiduciária do imóvel localizado em Pacajús (CE), e também, por este conselho ter efetuado breve pesquisa do valor de mercado, apesar de todos os problemas envolvendo o fundo, difere muito dos valores apresentados em laudos, baseando-se na média de valor unitário por hectare da terra nua em locais semelhantes ao da propriedade. O conselheiro Reginaldo disse que não caberia ao conselho fiscal deliberar sobre o assunto, pois do seu ponto de vista, o comitê teve o posicionamento correto considerando se tratar de dívida emitida há mais de 10 anos, garantia ajuizada desde 2015, que foram emitidos duas CCB'S em 21/05/2009 e 05/06/2009 no valor total de R\$ 27.417.508,00, e ainda, o valor do resgate de aproximadamente R\$ 1,8 milhão (cuja participação do instituto no fundo é de 15,23%) poderia ser aplicado em fundos do Tesouro Direto por exemplo, dando uma garantia futura a carteira, o que já não seria possível com este ativo. Finalizou dizendo que com esse valor teríamos um

Manie





retorno de aproximadamente R\$ 18.400.000,00, representando 67,13% de recuperação. O conselheiro Ademir concordou com o conselheiro Reginaldo sobre investir esse valor recuperado em títulos públicos com garantia de rendimentos acima da meta atuarial resultando em maior tranquilidade para o futuro do instituto, já que se trata de fundo "estressado" com inúmeras pendências judiciais há anos sem solução.

Item 3 da ordem do dia – O conselho deliberou o Parecer Trimestral referente aos meses de **abril, maio e junho do exercício de 2021**, onde foram constatados os devidos repasses das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara e seus devidos aportes (sendo que para o exercício de 2021 serão considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura), recursos provenientes do COMPREV e valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nºs 406 e 408/2020). As despesas previdenciárias relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões se mantiveram dentro do previsto com um aumento de 40 (quarenta) concessões de aposentadoria e 02 (dois) processos de pensão no trimestre. A carteira de investimentos fechou o mês de junho com R\$ 1.363.894.231,49 com a maior parte do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional. No mês de abril, além de grandes amortizações, os rendimentos mais significativos foram observados na renda fixa e variável, sendo que os fundos de ações tiveram rendimento médio de 3%, porém o desempenho da carteira caiu devido ao rendimento negativo dos fundos ilíquidos. Em maio, embora também tenham ocorrido significativos rendimentos nos fundos de ações, houve reprocessamento da carteira em 13/05/2021 com precificação do ativo "Bittenpar" o que impactou negativamente a carteira. Em junho observamos um saldo de R\$ 764.762,77 no Fundo Incentivo Multisetorial I A/B, que, de acordo com o Comitê de Investimentos, ocorreu por conta da troca de gestor e acordo junto a Dulcini, o que pode proporcionar mais recuperações. Já no Fundo Ático Geração de Energia observamos o valor de R\$ 1.165.123,99 referente à nova precificação de ativos, no entanto sem expectativas de recuperação. Verificamos que o instituto está com CRP válido até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899. Com base na Lei nº 3759/2020 houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF. Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no segundo trimestre. Em relação à Previdência, este conselho analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. No entanto, salienta-se que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) devem ser revisadas pela Procuradoria Jurídica adotando-se os parâmetros disciplinados nas leis federais vigentes. Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVOU** por unanimidade as contas dos meses de abril, maio e junho do exercício de 2021, conforme cópia de parecer anexo.

Manoel



Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, que lida e aprovada foi assinada pelos conselheiros presentes.

Paulínia, 17 de agosto de 2021.



LIGIAN REGINA KALVON
Conselheira Fiscal



NÍVIA CARLA DA FONSECA
Conselheira Fiscal



MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA
Conselheira Fiscal



ADEMIR PEREIRA
Conselheiro Fiscal



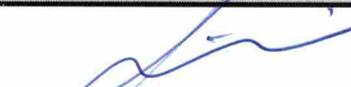
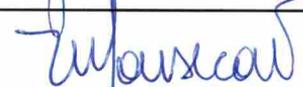
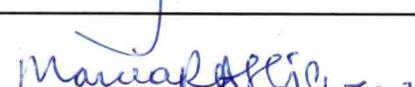
REGINALDO APARECIDO NAVES
Conselheiro Fiscal



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
17 de agosto de 2021 – 08h00 horas

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	LIGIAN REGINA KALVON	
3	NÍVIA CARLA DA FONSECA	
4	MÁRCIA REGINA AMBROZINI LOPES SILVA	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	